

## 2. A ordem pelo progresso

A guerra de Canudos ocorreu em um momento de profunda transformação do país. As últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcadas por mudanças de toda ordem, por novidades, por novos rumos. A república recém proclamada por republicanos das mais distintas vertentes ainda não encontrara sua direção, o que só iria acontecer efetivamente com o arranjo político implementado pelo Governo de Campos Salles e que permitiu que o federalismo se transformasse na mola mestra da política oligárquica, ao viabilizar que as práticas coronelísticas se articulassem com a chamada política dos governadores executada pelo governo federal. A abolição era recente e a desmobilização de um volume enorme de escravos, agora libertos, fez com que eles não encontrassem seu lugar na nova sociedade nascente. Ao mesmo tempo, levas de imigrantes europeus modificaram o mundo do trabalho e trouxeram com eles novos hábitos, novas línguas e novas ideologias políticas.

O Rio de Janeiro tinha naquela época uma população que girava em torno de pouco menos de 1 milhão de habitantes dos quais, boa parte, eram ex-escravos vindos das fazendas de café do Vale do Paraíba. Esta população se concentrava em casarões abandonados no centro da cidade onde nasceram os cortiços. Nesses imóveis sem condições de higiene, famílias inteiras dividiam cada metro quadrado em condições de extrema precariedade. As doenças como a peste bubônica, a febre amarela, a tuberculose e a varíola ameaçavam a cidade que ganhou o apelido de túmulo dos estrangeiros. As reformas da cidade mostravam o empenho das autoridades para enfrentar os problemas por três caminhos, a reforma urbana e o consequente bota-abaixo de casas e ruas que atrapalhassem o novo traçado do centro do Rio, o saneamento da cidade e vacinação compulsória da população, e a reforma do porto.

A demolição dos cortiços teve início e seu momento inaugural foi a demolição daquele que era conhecido como o Cabeça de Porco, empreendida em 1893 pelo prefeito Barata Ribeiro, sem nenhuma medida no sentido de realocar seus moradores, o que viria a causar um problema futuro, a disseminação das favelas. Sem alternativa a população subiu o morro e construiu casebres de folhas

de flandres e latas de querosene, madeira de demolição, ou qualquer outro material que estivesse à mão.

A reforma Pereira Passos pretendeu dar ares de Paris à cidade tropical ou, segundo o cronista João do Rio<sup>6</sup>, criar a imitação, o simulacro, ou a macaquice universal que fazia com que se buscasse copiar o que vinha de fora, em especial dos grandes centros europeus vistos como modelos a serem reproduzidos. Enquanto derrubavam-se os cortiços, os morros foram paulatinamente ocupados. O morro da Favela, que terminou por dar nome aos aglomerados de barracos onde se aglomerava a população pobre, se expandiu ainda mais quando os soldados ex-combatentes da guerra de Canudos se instalaram no local, assim como o Morro de Santo Antônio, situado atrás do quartel da Rua Evaristo da Veiga, onde se instalaram os soldados de outro batalhão recém chegado de Canudos.

Nas ruas da cidade, conviviam a modernidade da *Belle Époque* com seus automóveis, o telégrafo, a fotografia, o refrigerador, o sorvete, os refrigerantes, as maravilhas elétricas modernas, os utensílios domésticos, as viagens de transatlânticos, o cinematógrafo, e o atraso que o cronista João do Rio sabiamente batizou de *mundo das sombras*<sup>7</sup>, personificado pelas maltas de capoeiras, pelos ex-escravos, pelos vadios, pelos vendedores de rua, pelos estivadores do porto, pelos quiosques, pelas lavadeiras, pelos operários das primeiras fábricas, pelas prostitutas.

(...) a beleza da natureza e da reforma convivendo com o medo: medo da legião de desocupados maltrapilhos, medo das pestes e epidemias, medo do morro da favela (hoje Providência), dos capoeiras, por outro lado para a população pobre medo da polícia, da vacina obrigatória<sup>8</sup>.

Esse *mundo das sombras* foi duramente reprimido pela polícia, pelos médicos sanitaristas, pelas autoridades que invadiam casas, cortiços, terreiros de cultos africanos, e devassavam os corpos com o advento da vacina obrigatória, o que causou reações de protesto, como a revolta da vacina que transformou as ruas

---

<sup>6</sup> APUD Antonio Edmilson Martins RODRIGUES. *João do Rio. A cidade e o poeta .O olhar de flâneur na Belle Époque Tropical* . Rio de Janeiro: FGV Editora,2000.

<sup>7</sup> Idem.Ibidem.

<sup>8</sup> Jane SANTUCCI. *Cidade Rebelde. As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra 2008. pp 14 - 15.

do Rio de Janeiro em um cenário de guerra civil por mais de vinte dias em 1904<sup>9</sup>. Para os agentes da ordem não existia diferenciação entre o público e o privado quando a questão era conter os pobres.

## **2.1. Bello Monte**

Depois de vinte anos de andanças pelo interior no interior dos quais construiu açudes, cemitérios e capelas, Antônio Conselheiro fixou-se, em 1893, com seus seguidores em uma fazenda abandonada, às margens do rio Vaza-Barris, local que era uma confluência de estradas. Estava fundado Bello Monte como o Conselheiro e os seus batizaram o lugar, que acabou mesmo conhecido como Canudos em referência a uma planta da região que tem a haste oca como um canudo e ao hábito dos antigos habitantes da região de utilizar a planta para fazer canudos de pitos para fumar.

Canudos cresceu e atraiu gente de todo o sertão da Bahia, de Sergipe, do Ceará, de Alagoas e de outros estados próximos ou mesmo não tão próximos, como o Maranhão. Na aldeia, os sertanejos viam a promessa de uma vida melhor, de fartura, de um pedaço de chão para plantar, além é claro, das pregações do Conselheiro e do grande apelo religioso que ele parecia exercer sobre os fiéis. O aldeamento cresceu e recebeu sertanejos, mestiços, índios e negros expulsos de seus locais de origem seja pelo latifúndio, seja pela seca, ou ainda, pela falta de opção. Famílias inteiras abandonavam seu trabalho nas fazendas para juntar-se ao Conselheiro, vendiam os poucos pertences que tinham e iam para a aldeia. A vida em Canudos aparece no relato dos sobreviventes sempre caracterizada pela abundância.

Em três anos de existência cresceu bastante. Os números não podem ser precisados, mas de modo geral as estimativas variam de 10 mil a 35 mil habitantes. Se for aceita uma projeção de 25 mil, 30 mil habitantes, Canudos teria sido então, a segunda concentração populacional da Bahia, apenas superada pela

---

<sup>9</sup> Cf., entre outras obras sobre o tema, Marco Antônio PAMPLONA. *Revoltas, repúblicas e cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2003. ; Leonardo Afonso de Miranda PEREIRA. *As barricadas da saúde*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

cidade de Salvador. Há muita discussão a este respeito, e o exército ao final da guerra contou 5.200 casas.

É importante frisar que Canudos não pode ser considerada uma sociedade igualitária, uma espécie de antecipação socialista sertaneja, mesmo antes de o termo ser cunhado. Em Bello Monte existiam diferenças de classe e estratificação social. Uma clara expressão disso era a diferença de habitações, uma vez que existiam casas de pau a pique e casas caiadas, as chamadas *casas brancas*, onde moravam os colaboradores mais próximos do Conselheiro, ou aqueles que chegaram à aldeia com maior cabedal. Seus moradores desenvolviam atividades econômicas, que se traduziam, entre outras coisas, na lavoura, na criação de gado sobretudo caprino e no comércio com outras regiões. Comerciantes prósperos como Antônio Vilanova, que mantinha também uma casa de comércio no Bonfim, tinha os vales emitidos por sua casa comercial aceitos no arraial e nas redondezas. Os canudenses forneciam pele de bode para as feiras de Juazeiro e Santana e compravam os gêneros que não produziam em localidades próximas.

Canudos tinha, ainda, uma cadeia chamada de *poeira*, uma escola, que segundo consta, era paga e custava algo em torno de dois mil réis. As mulheres teciam as roupas, a bebida alcoólica era proibida, o estupro e a prostituição eram intoleráveis. A terra era de uso comum. Havia farmacêuticos e curandeiros, ou como os chamavam os sertanejos, os *tratadores*. Outra fonte de recursos muito utilizada foi a esmola.

O professor Calasans, um dos primeiros a trazer o estudo de Canudos para a Universidade, afirmou que tinha a impressão de que Canudos era um povoado igual a tantos outros da época, mas nele quem mandava não era o coronel, figura tão conhecida pelas práticas de troca de favor e apadrinhamento e pelo exercício do mandonismo local no interior do Brasil, mas sim o Conselheiro.<sup>10</sup>

Fato é que o crescimento de Canudos provocou escassez de mão de obra para os fazendeiros da região. As safras apodreciam nos pés sem gente para colheita. Fazendeiros insatisfeitos cobravam providências das autoridades e o clima de insatisfação e alarmismo ganhava corpo, como registram os jornais da época como o *Jornal de Notícias* em 1895:

---

<sup>10</sup> Cf. Marco Antônio VILLA e José Carlos da Costa PINHEIRO (orgs). *Calasans: um depoimento para a História*. Salvador: ENEB Editora, 1998. p. 84.

(...) cidadão recentemente chegado do centro do Estado veio ao nosso escritório hoje, pedir-nos chamemos a atenção das autoridades superiores para os incalculáveis prejuízos que continua a dar o célebre Antônio Conselheiro contra cujo fanatismo deplorável e nocivo tanto há reclamado a imprensa solicitando enérgicas providências.

Ao que nos disse este informante, Antônio Conselheiro tem consigo milhares de pessoas arrancadas ao trabalho agrícola abandonando engenhos, povoados, etc..

Este êxodo já não é de agora. [Noticiamos como um deprimente atestado da falta de providências contra estes fatos. Necessário é, pois, uma medida enérgica.

Antônio Conselheiro, segundo nos informaram está precisamente no lugar Canudos<sup>11</sup>.

Ou ainda, nas páginas de outra edição do mesmo jornal:

O povo em massa abandonava as suas casas e afazeres para acompanhá-lo. A população vivia como se estivesse em êxtase (...) Assim, foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade.<sup>12</sup>

A polícia não entrava em Canudos, e lá não se pagavam impostos. Antônio Conselheiro administrava as tensões, ou seja, em outros termos, ele era a lei. A República não parecia ter ingerência sobre a comunidade, que fundou seu próprio *modus vivendi*, a partir de outra lógica que não a republicana. E era inconcebível que algum rincão do território nacional, mesmo perdido no sertão e sem desafiá-la, escapasse à lógica da ordem republicana, uma vez que isso significaria que era possível existir, produzir e reproduzir-se, no interior do país, fora da lógica presidida pelas rígidas normas não escritas do poder pessoal e do arbítrio da figura do coronel.

A guerra de Canudos, um conflito desigual em que se enfrentaram, por um lado, um punhado de sertanejos e, por outro, forças militares locais, estaduais e, por fim, o exército brasileiro, durou quase um ano (1896-1897), contou um efetivo de cerca de dez mil soldados vindos de dezessete estados brasileiros e que combateram os homens do Conselheiro em quatro expedições militares. O número

<sup>11</sup> *Jornal de Notícias*, edição de 21 de março de 1895.

<sup>12</sup> *Jornal de Notícias*, edição de 4 de março de 1897. APUD Consuelo Novais SAMPAIO. *Repensando Canudos: O Jogo das Oligarquias*. In: Frederico PERNAMBUCO DE MELLO. *Que foi a guerra total de Canudos*. Recife: Stahli, 1997. p.86 .

aproximado de mortes é de vinte e cinco mil pessoas, entre elas, inclusive, mulheres e crianças. A guerra foi marcada pela tática da guerrilha, na qual os sertanejos emboscavam os soldados.

Os homens do exército desconheciam a caatinga, moviam-se pesadamente e com dificuldade pelo terreno inóspito, com um armamento e uniformes inadequados, e ainda enfrentavam problemas de abastecimento e de toda espécie no interior do sertão. Os *rudes patrícios*<sup>13</sup>, como Euclides da Cunha chamou os homens de Canudos em sua obra maior, derrotaram as três primeiras expedições militares. E impingiram uma derrota moral ao exército, o que expôs as fragilidades da República e incendiou a opinião pública que não entendia como sertanejos vistos como fanáticos e atrasados podiam derrotar o exército republicano, protagonista e representante da ordem e do progresso. No momento do conflito, a república brasileira e o exército tinham uma relação simbiótica, uma vez que as forças armadas tutelavam a nova forma de governo.

## 2.2. A Guerra

A muitos quilômetros do Rio de Janeiro, no interior do sertão da Bahia um grupo de sertanejos criou seu próprio modo de vida em uma fazenda abandonada em plena caatinga. Sob a liderança de Antônio Conselheiro eles ergueram a aldeia de Bello Monte, com suas próprias normas de costume, seu próprio modo de vida, onde a terra era para todos e todos se encontravam em frente à igreja de Santo Antônio diariamente às seis da tarde para rezar a Ave-Maria e ouvir as prédicas do Conselheiro. Um modo de vida novo, um espaço que a República Brasileira não abrangeu, um hiato, um vazio a ser reconquistado. Canudos não podia existir, território onde a república não dominava nem corpos, nem almas, território onde a República era vista, ela sim, como um vazio de significação. Um espaço que incomodou e ameaçou as oligarquias locais e foi vencido pelas mãos e pelas armas do exército, vitória triste assinalada por um dos rituais mais simbólicos da república - o hasteamento da bandeira nacional e a execução do Hino Nacional. A

---

<sup>13</sup> Euclides da CUNHA. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p 154.

cena se deu (...) *sobre escombros de guerra – entenda-se, milhares de cadáveres insepultos de sertanejos e soldados do exército*<sup>14</sup>.

Estima-se que morreram no conflito cerca de 25 mil pessoas, e que a guerra envolveu cerca de 12 mil soldados, algo em torno de metade do efetivo nacional. Claro está que os números são apenas projeções super ou por vezes subestimadas, conforme as fontes utilizadas. As estimativas variam entre 10 mil e 35mil habitantes em Bello Monte. Assim como, varia, igualmente, a estimativa do número de mortos.

A chamada primeira expedição militar contra Canudos, sob o comando do Tenente Pires Ferreira, aconteceu em novembro de 1896. Era formada por 113 soldados do 9º Batalhão de Infantaria, três oficiais, um médico e dois guias, Pedro Francisco de Moraes e seu filho, João Batista de Moraes. A violência marcou este primeiro embate entre soldados e moradores da aldeia de Bello Monte. Como os sertanejos não possuíam armas de fogo, a luta deu-se na base do facão, de varapaus e forquilhas. A luta perdurou cerca de quatro ou cinco horas. *O relatório oficial fala em cento e cinquenta homens de Conselheiro mortos, fora os feridos*<sup>15</sup>, e dez baixas do lado do exército, sendo um oficial, sete soldados e os dois guias e de 17 feridos entre os militares. Os corpos dos conselheiristas que pereceram no local do combate haviam ficado insepultos, e com a benção de Antônio Conselheiro, Pedrão<sup>16</sup> saiu de Bello Monte para Uauá e enterrou 74 corpos, inclusive os de inimigos.

A segunda expedição militar sob o comando do Major Febrônio de Brito, em janeiro do ano seguinte, reuniu um efetivo muito maior: 609 soldados dos batalhões de Salvador, de Alagoas e de Sergipe, 10 oficiais, 1 médico, 1 farmacêutico, 1 enfermeiro, 2 canhões Krupp e 3 metralhadoras Nordefelt. As perdas do lado dos conselheiristas foram grandes. No fim do dia, as forças militares acamparam na Lagoa do Cipó e na manhã seguinte houve um novo embate marcado pela luta corpo a corpo. Segundo relatos, no final da batalha, a água da lagoa estava vermelha e desde então ficou conhecida por Lagoa do

---

<sup>14</sup> Cícero Antônio F. de ALMEIDA. *Canudos imagens da guerra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1997. p11.

<sup>15</sup> Disponível em <<http://www.portifolium.com.br>> Acesso em 04.07.2011

<sup>16</sup> Pedrão foi um dos principais integrantes da guarda católica de Canudos. Deixou Bello Monte após a morte de Conselheiro com toda a família. Morreu em Cocorobó em junho de 1958.

Sangue. Os militares não tiveram condições de prosseguir para um ataque a Canudos. As baixas militares contabilizaram 10 soldados mortos e 70 feridos.

As notícias do fracasso das duas primeiras expedições contra Canudos inquietaram as autoridades e a opinião pública. Assim, em março, sob o comando do Coronel Moreira César, herói da repressão à revolução federalista e conhecido pela alcunha de corta cabeças em razão da prática da degola de prisioneiros, a terceira expedição militar atacou Canudos. Os números dos efetivos militares envolvidos eram muito maiores: mais de 1.300 soldados e seis canhões Krupp que os sertanejos apelidaram de *matadeiras*. O que parecia impossível aconteceu, as baixas foram grandes entre os militares e o Coronel Moreira César foi atingido por dois tiros e acabou por morrer. O Coronel Tamarindo que o sucedeu no comando, também foi atingido e morreu. A expedição vingadora terminou em uma fuga desesperada com soldados que largavam armas, munições e demais equipamentos pelo caminho. Estes despojos foram recolhidos pelos homens de Bello Monte e armaram o arraial para a resistência à próxima investida. O saldo final foi de 116 mortos para o exército, dos quais 13 eram oficiais, e 120 feridos.

A morte de Moreira César no início da fracassada terceira expedição transformou Canudos em um episódio de dimensão nacional. Os jornais estamparam fotos do Coronel na primeira página. Nas ruas do Rio de Janeiro houve tumultos e empastelamento dos jornais monarquistas como a *Gazeta da Tarde*, cujo proprietário foi assassinado. O Presidente Prudente de Moraes enfrentou críticas de um grupo de simpatizantes de Floriano Peixoto, que aproveitaram a situação para disseminar que Bello Monte era um reduto monárquico, uma reação pela restauração do Império.

Neste clima de insatisfação na capital da república, no dia 5 de abril foi publicada a Ordem do Dia que criou a quarta e última expedição militar contra Canudos. Como não poderia deixar de ser, foi a maior delas, reunindo tropas de 17 Estados: Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas, Ceará e Paraná. O Comandante era o General Artur Oscar, que na época comandava o segundo distrito militar do Recife.



Em Recife formaram-se batalhões patrióticos voluntários, além de voluntários isolados:

Toda a cidade se emociona no dia em que dois rapazes chegam ao segundo distrito militar para se alistarem no próximo batalhão a levantar ferros para a Bahia, levados pelo pai, um oficial reformado, José Corte Real Pirro e seu irmão Eugênio, tinham apenas 18 e 17 anos de idade<sup>17</sup>.

Por todos os estados, a multidão invadiu as ruas para as despedidas no embarque dos batalhões, o comércio fechou as portas, estiveram presentes, em cada município, o prefeito e as autoridades locais como os membros da Câmara, diretores de faculdades, magistrados, religiosos e boa parte da população local. Nesta expedição em particular, houve uma predominância dos efetivos militares do Norte. Das dezenove unidades que partiram, onze eram do Norte, que na época abrangia também o Nordeste. Dos dezesseis batalhões de infantaria, onze eram igualmente desta região. *Estava tudo pronto. Com o Brasil, o norte ia à guerra*<sup>18</sup>. Os homens foram divididos em duas colunas que atacariam Canudos por direções opostas. A 1ª Coluna, sob o comando do general Silva Barbosa, tinha 3.415 homens, 180 mulheres, 12 canhões Krupp e 1 canhão Withworth 32. E ainda contava com o apoio do 5º Corpo de Polícia da Bahia, destacamento formado por 388 jagunços contratados no interior do estado. A 2ª Coluna, sob o comando do general Cláudio Savaget, era formada por 2.340 homens, 512 mulheres e 74 crianças, inclusive duas nascidas durante a marcha<sup>19</sup>.

Depois de meses de combate, em julho, o general Artur Oscar solicitou um reforço de 5.000 homens, uma vez que as baixas já contabilizavam 2.000 soldados. A maior dificuldade era o abastecimento, pois os homens do Conselheiro emboscavam os soldados pelas estradas da caatinga. *Os oficiais que tinham participado da Guerra do Paraguai (1865 - 1870), afirmam: "jamais vimos combates como os de Canudos"*<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup>Frederico PERNAMBUCO DE MELLO. *Que foi a guerra total de Canudos*. Recife: Stahl, 1997. p 142.

<sup>18</sup> Idem. Ibidem p 168.

<sup>19</sup> Disponível em < [http:// www.portfolium.com.br](http://www.portfolium.com.br)>. Acesso em 24.02.2010. .

<sup>20</sup> Idem. Ibidem.

O Historiador José Calasans, afirma inclusive, que Canudos *foi o canto do cisne do Florianismo*<sup>21</sup>, pois se a quarta e última expedição militar, comandada por Arthur Oscar, tivesse tido sucesso imediato, ou seja, tivesse derrotado Canudos em poucos dias como o comandante pretendia, teria se instaurado no Brasil uma ditadura militar de perfil caudilhistas. Calasans reitera que não tinha a menor dúvida sobre isso. *Arthur Oscar não se dirigia ao Presidente da República ou ao Ministro da Guerra, mas diretamente aos jornais do Rio de Janeiro que eram florianistas*<sup>22</sup>. Ainda, segundo Calasans, Canudos provocou também a demissão do Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argolo, por causa de uma nota sobre as dificuldades enfrentadas na guerra. O presidente Prudente de Moraes teria dito que, com aquela nota, o general punha o Presidente da República debaixo da bota de um militar e o general teria, então, pedido sua demissão, que foi prontamente aceita por Prudente de Moraes<sup>23</sup>.

A situação no sertão se agravou ao ponto de, em agosto, o novo ministro da guerra, Marechal Carlos Bittencourt, chegar ao palco dos conflitos para assumir o comando e acompanhar de perto as operações militares. O governo não poderia sofrer mais uma derrota. Fávila Nunes, um ex-funcionário da Alfândega e correspondente de guerra do jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, noticiou que, para além de todas as dificuldades enfrentadas, havia agora na região um surto de varíola que acometia indiscriminadamente soldados e conselheiristas. Os cinco hospitais de campanha improvisados estavam repletos e casos novos se manifestavam a cada dia.

No final de setembro, o exército conseguiu finalmente isolar Canudos, ao fechar a última estrada, a de Várzea da Ema, que ainda permitia a comunicação do arraial com os povoados vizinhos. A aldeia de Bello Monte havia sido erguida em um ponto estratégico de confluência de sete estradas e nas margens do Rio Vaza-Barris. Desde primeiro de setembro os sertanejos não tinham também como conseguir água, pois o exército já havia dominado as margens do rio.

Em 5 de outubro terminou a resistência sertaneja. Bello Monte acabara.

*Num cenário de fim de mundo, por entre becos e ruelas, uma legião de corpos*

<sup>21</sup> Walnice Nogueira GALVÃO (org). *Euclidianos e Conselheiristas. Um quarteto de notáveis*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009. pp 60-61.

<sup>22</sup> . Idem. *Ibidem*.

<sup>23</sup> Idem. *Ibidem* pp 61-62.

*carbonizados se misturam com as ruínas e as cinzas das 5.200 casas*<sup>24</sup>. Ou nas palavras de Euclides da Cunha immortalizadas em *Os Sertões*:

(...) Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.<sup>25</sup>

No mesmo dia, o general Artur Oscar emitiu a Ordem do Dia de número 145, na qual aludia à violência dos combates, às perdas, à glória do exército e também à valentia do inimigo:

(...) Sanguinolento foi esse combate; mas também foi um novo padrão de glórias para o Exército Brasileiro. Foi um sacrifício feito pelos nossos bravos por amor à República (...) Contamos infelizmente 467 baixas, entre mortos e feridos, como consta das relações juntas; mas o inimigo perdeu o duplo, além de mulheres e crianças, em número de 900(...) É para lamentar que o inimigo fosse tão valente na defesa de causas tão abomináveis. Viva a República dos Estados-Unidos do Brasil! Vivam as forças expedicionárias no interior do Estado da Bahia! Artur Oscar Andrade Guimarães – General de Brigada<sup>26</sup>

Arthur Oscar comemorou o fim exemplar da cidadela de Bello Monte, no entanto o Tenente-Coronel Siqueira de Menezes teve uma visão diversa do ocorrido: *Nós do exército temos que nos recolher durante algum tempo, depois de tudo que ocorreu*<sup>27</sup>.

Na Bahia, estudantes da Faculdade de Direito lançaram um manifesto em protesto aos degolamentos de prisioneiros ocorridos na guerra. Rui Barbosa elogiou a atitude dos estudantes. O exército findara por vencer a guerra, mas as sucessivas derrotas das expedições, as dificuldades e a crueza dos métodos empregados contra os inimigos desenhavam antes uma derrota moral que se sobrepunha à vitória bélica.

Canudos acabara, e, como em toda a guerra, os vitoriosos dividiram o butim. Uma cidadela pobre com a maioria das habitações de barro, quase sem

<sup>24</sup> Disponível em <<http://www.portfolium.com.br>> Acesso em 24.02.2010.

<sup>25</sup> CUNHA. Op. Cit. p. 755-756.

<sup>26</sup> In: INSTITUTO MOREIRA SALLES (org). *Cadernos de Literatura Brasileira. Euclides da Cunha*.

Rio de Janeiro:IMS, 2002.

<sup>27</sup> GALVÃO (org). Op. Cit. p 62.

móveis, sem recursos, que vivia da agricultura e do curtume de caprinos não oferecia sequer o que dividir ou saquear. Havia, no entanto, um butim inesperado e singular. As centenas de crianças filhas dos jagunços mortos ou doentes que, perdidas, vagavam sem rumo.

Não existem dados precisos para que possamos contabilizar este butim vivo, mas é possível uma aproximação através de algumas estimativas. O exército contabilizou 5.200 casas existentes em Bello Monte, o que permite supor que viviam em Canudos cerca de 5 mil famílias. Se arbitrarmos 3 filhos por família, uma suposição tímida, já que as famílias de então, sobretudo no interior, eram extensas, teríamos então algo em torno de 15 mil crianças e adolescentes vivendo sob a égide do Conselheiro. Claro está que algumas famílias conseguiram fugir durante a guerra, e houve ainda mulheres e homens doentes que sobreviveram, e também crianças que foram socorridas pelo Comitê Patriótico da Bahia e foram levadas para Salvador. Ainda assim, pode-se afirmar com alguma margem de certeza que sobraram centenas de órfãos no cenário de devastação no qual Canudos se converteu.

A guerra foi marcada pelo maciço extermínio de prisioneiros, em sua maioria mortos pela chamada *gravata vermelha*, como era conhecida a degola. Grande parte dos poucos prisioneiros também acabou por morrer vitimada pela varíola, pela fome, pela sede. Esta situação deu origem a um butim imprevisto e incômodo, uma enorme quantidade de crianças órfãs, ou apenas separadas de seus pais pelas contingências do combate, e que vagava pelo que restou do arraial, ou ainda, buscavam abrigo junto aos acampamentos do exército. A solução encontrada pelos militares foi dividir o butim, pegar para si as crianças, dá-las pelo caminho aos que se dispusessem por piedade ou por interesses espúrios a ficar com elas, presentear aliados, vendê-las por uns trocados. A situação era de tal ordem que alguns contemporâneos chamam a distribuição indiscriminada de crianças de um *novo escravismo* que se instalava na Bahia com o destino dos meninos e meninas de Canudos.

### 2.3.

#### O Comitê Patriótico da Bahia e a tentativa de socorro às crianças.

Na época da quarta expedição militar, centenas de soldados feridos e mutilados começaram a desembarcar na Estação de Estrada de Ferro da Calçada, em Salvador, e não havia na cidade uma infra-estrutura que pudesse socorrer adequadamente os doentes. É neste momento que o corretor alemão Franz Wagner, radicado em Salvador havia 32 anos e membro de uma igreja protestante, convocou a sociedade civil para prestar auxílio aos combatentes feridos na guerra ainda em curso, aos seus filhos e suas viúvas. Assim foi criado o Comitê Patriótico da Bahia.

A sociedade baiana respondeu ao apelo, e no dia 28 de julho o *Jornal de Notícias* publicava a seguinte nota:

(...) Está em ação a caridade!

Acedendo ao convite publicado pelo Sr. Franz Wagner, corretor nesta praça e ex-membro do Conselho Municipal da capital, reuniram-se, ontem, á noite, na casa de sua residência, á Vitória, representantes de diversas classes sociais, cuja presença ali já era um prestigioso apoio á idéia de humanidade e patriotismo contida no precitado convite.<sup>28</sup>

O Comitê organizou-se a partir de uma Comissão Executiva e de uma Comissão Central que realizaram reuniões regulares de 28 de julho de 1897 a 24 de março de 1898, mas até 1901 diversas crianças oriundas de Canudos ainda seriam encaminhadas através de sua ação.

A mobilização pública empreendida pelo Comitê alcançou em larga escala a sociedade. Conseguiram o apoio do Governo do Estado, de artistas, de empresas como da Companhia de Bondes Elétricos, de escolas, de operários, da Associação Comercial, de casas comerciais, de fábricas da cidade, da Associação das Senhoras de Caridade, do Instituto Histórico Geográfico da Bahia, de professores, de médicos, além de colaboradores anônimos. Frei Pedro Sinzig, em 1897 ainda diácono, escreve em seu livro de reminiscências:

<sup>28</sup> Lelis PIEDADE. *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901)*. Antônio OLAVO (org) Salvador: Portfolium, 2002. 2ª ed. p. 48.

Neste meio tempo se havia formado na Bahia um Comitê Patriótico para tratamento das vítimas da guerra civil; por toda parte angariavam donativos e em todas as esquinas mais movimentadas da cidade haviam colocado caixas para as esmolas<sup>29</sup> (...)

Em um primeiro momento, o Comitê teve uma clara posição de apoio ao exército e ao soldado descrito como heróico defensor da república, enquanto o jagunço conselheirista era tido como ignorante, como mostra o trecho abaixo.

(...) Canudos a que se pode hoje chamar uma cidadela, começou pela reunião de poucos ignorantes, imbuídos de uma falsa religião, guiados por um desequilibrado; que assim tolerados, enquanto inofensivos, constituíram cegos instrumentos nas mãos dos inimigos da República.

(...) O Comitê Patriótico manda dizer-vos que há lares onde a morte penetrou, arrastando-os 'a viuvez e á orfandade. (...) manda dizer-vos que a miséria com seu negro cortejo de horrores povoa os domicílios dos soldados da pátria. Que há luto e horror. E então apela para vós para vossa filantropia, para vosso altruísmo. Pede-vos as sobras das vossas economias.<sup>30</sup>

Em setembro de 1897 Léris Piedade, secretário do Comitê, viajou até a cidade de Cansanção a fim de montar lá uma enfermaria, um posto avançado que pudesse prestar os primeiros socorros aos feridos. O resultado imediato da viagem foi a mudança de postura do Comitê que, a partir de então, se converteria na principal instituição de amparo aos sertanejos, especialmente aos órfãos da guerra de Canudos. Léris Piedade apiedou-se das mulheres e das crianças canudenses. Chocaram-lhe a miséria, a fome, os feridos, os corpos apodrecendo nas estradas, a epidemia de varíola que vitimou indiscriminadamente sertanejos e militares, as atrocidades que foram cometidas por ambos os lados envolvidos no conflito. A barbárie por parte daqueles que se pretendiam civilizados representantes da República aparece assinalada na Ata da reunião do Comitê de 20 de janeiro de 1898, na qual já se pode ver a mudança de direção do grupo iniciado pela ação de Franz Wagner:

<sup>29</sup> Frei Pedro SINZIG. *Reminiscências de um Frade*. APUD. PIEDADE. Op. Cit. p.240.

<sup>30</sup> PIEDADE.Op.Cit. p.72 -74.

(...) mas quando o Comitê fez o apelo que a alma da Bahia acolheu com a máxima generosidade, não pensava que seriam massacrados os prisioneiros e nem espalhadas mulheres e crianças, que não tinham culpa do maldito fanatismo.

E a prova é que o Comitê tratou já tarde dessa proteção, quando os seus representantes que foram até Queimadas, Cansação e Monte Santo, vieram dizer-lhe que se estava distribuindo menores como animais; estavam cruelmente separando famílias inteiras; que finalmente, a Bahia estava ameaçada de um novo escravismo.

Ora diante disso o Comitê andou correto, procurando salvar esta gente e dar aos menores educação que os habilitasse a ser futuros cidadãos da República, amando-a e não odiando-a.<sup>31</sup>

A mudança de postura do Comitê foi alvo de críticas. Para muitos, a nova direção tomada pelo movimento desvirtuaria seu objetivo primeiro de socorro aos soldados e suas famílias. Independentemente das críticas, seus membros organizaram uma comissão para localizar e recolher os menores e as mulheres de Canudos. O trabalho iniciou-se com os oficiais do exército, a quem solicitaram que devolvessem as crianças que se encontravam em seu poder para que pudessem ser encaminhadas aos orfanatos ou restituídas às suas famílias, pois várias haviam sido arrancadas da companhia de suas mães feitas prisioneiras ou acometidas pela varíola. As crianças haviam se convertido em uma espécie de troféu de guerra, de moeda de troca, de lembrança viva, de butim de guerra enfim.

Em alguns casos, o apelo surtiu efeito, mas muitas não foram localizadas e tantas outras, mesmo localizadas, não foram devolvidas. Já se haviam convertido em mão de obra explorada no campo ou na cidade. O secretário do Comitê chamou a atenção para atitudes como a do cidadão Emílio Cortes, um dos comerciantes e dono de uma das maiores fortunas daquela região que, perguntado sobre um menor de Canudos que servia em sua casa como criado, respondeu que a criança lhe fora entregue por um general, que ele não devia satisfações a ninguém e que pouco importava quem eram os pais da criança<sup>32</sup>.

O resultado do trabalho da Comissão contabilizou algo em torno de uma, talvez duas centenas de crianças localizadas. Quando foi possível elas foram devolvidas às suas famílias. Um dos trechos do relatório da Comissão é bastante claro sobre a situação das crianças:

---

<sup>31</sup> Idem. Ibidem p.134.

<sup>32</sup> Idem.Ibidem. p. 134.

(...) Foi, pois, para lamentar a distribuição indevida das crianças, sendo muitas remetidas para vários pontos do Estado e para esta capital, como uma lembrança viva de Canudos ou como um presente, sem que parentes ou o Governo lhes conheça o paradeiro<sup>33</sup>.

Apesar de todos os esforços do Comitê Patriótico, o total de crianças socorridas pela instituição parece pequeno diante do número total de meninos e meninas atingidos pela guerra, embora, para os integrantes da Comissão Especial, o balanço final tenha sido interpretado como positivo:

Não foi pequeno o número de vítimas que socorremos entre mulheres, crianças e meninos de ambos os sexos, que conseguimos reunir debaixo da nossa bandeira da caridade, evitando a uns a morte pela falta de conforto e à míngua de recursos, a outros a verdadeira escravidão em que se achavam e porventura, a prostituição no futuro (...) Com poucas exceções, podemos dizer que a maior parte das crianças por nós trazidas para esta capital, foram tomadas de soldados e mulheres sem a precisa idoneidade moral para tutelar os interesses destes órfãos.<sup>34</sup>

De modo geral, as crianças assistidas pelo Comitê foram encaminhadas para asilos de Salvador, como o Asilo da Mendicidade, o Asilo de Lourdes, a Casa da Providência, o Asilo Filhas de Ana, o Orfanato do Coração de Jesus, entre outros. Cogitou-se em enviar algumas crianças para o Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia. A possibilidade, no entanto, enfrentou um problema inesperado, expressivo do preconceito que pesava sobre os menores acolhidos pelo Asilo dos Expostos, já que a entrada de crianças no Asilo da Santa Casa se fazia através da roda dos expostos. Lélis Piedade, secretário do Comitê, opôs-se à idéia das crianças entrarem através da roda. No seu entender a roda era um triste recurso utilizado por mães para esconder a sua vergonha e que não deveria servir de porta de entrada para os órfãos dos sertanejos de Canudos ou dos militares, pois estes não eram, na sua perspectiva, crianças abandonadas, mas antes os filhos da caridade da Bahia.

---

<sup>33</sup> Idem. Ibidem p. 212.

<sup>34</sup> Idem. Ibidem p. 211.



(...) Ora, a roda é a porta de entrada das crianças que são o produto da miséria ou da desonra, que se oculta, e os menores de Canudos e filhos dos bravos militares, que morreram no campo da luta, não estão neste caso; daí a necessidade de lhes ser aberta exceção, como se fez por ocasião da terrível seca do Ceará.<sup>35</sup>

O pedido do Comitê para que as crianças não fossem ingressadas através da roda dos expostos, mas entrassem pelo portão do estabelecimento, acabou negado pela Santa Casa de Salvador.

Pedido do Comitê negado. A lei orgânica só permite a recepção de filhos menores de 10 anos e esta lei não pode ser revogada.

Entrada dos meninos pelo portão do estabelecimento viria a ser prejudicial. E alguns destes menores, tendo vivido de em outro meio, talvez tenham recebido educação viciosa não convém pô-los em contato com os filhos da Instituição. (são 12 menores). Junta delibera então, que os 12 menores irão para o Asilo da Mendicidade até que possam ter melhor destino<sup>36</sup>.

As rodas dos expostos entraram em funcionamento no Brasil no período colonial. Em 1726 foi inaugurada a de Salvador e, em 1738, a do Rio de Janeiro. Eram encaradas como destino de filhos de uniões ilegítimas, portanto dos *filhos da vergonha* nos parâmetros da época. Os médicos sanitaristas do início do período republicano preocupavam-se com as taxas de mortalidade consideradas altas e o grande número de crianças nestes asilos, em sua perspectiva, atentava contra as normas de higiene preconizadas. Apesar das críticas, a roda dos expostos sobreviveu até 1950. O país foi o último a abolir o sistema que datava do período medieval e se originara na Europa<sup>37</sup>.

Mas, para além da questão das normas da Santa Casa, existia um preconceito em relação à origem das crianças de Canudos. A marca era física, e embasada pela ciência da época - a raça, conceito que traduz as primeiras tentativas de classificação e divisão da espécie humana. Em 1758, os homens de ciência propuseram seis tipos raciais: o americano, o europeu, o asiático, o africano, o *homo ferus* (selvagem) e o *homo monstruosus* (anormal). O critério taxonômico que se impôs, tanto na ciência como no senso comum para as

<sup>35</sup> Idem.Ibidem.p.144.

<sup>36</sup> Ata da Santa Casa de Misericórdia de Salvador do dia 18 de março de 1898.

<sup>37</sup> Cf. Marcos Cezar de FREITAS (Org.) *História social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

distinções raciais, foi aquele que tomava por base a cor da pele, ainda que para a ciência fossem também ponderados a forma e cor dos cabelos e dos olhos, a estatura, os índices cranianos e faciais, o peso e volume do cérebro, dentre outros traços fenotípicos. As primeiras classificações e divisões não punham em dúvida a unidade da espécie, porém o conceito de tipo biológico tomado como base para as classificações e o pressuposto de que as diferenças mentais e culturais são originadas pelas diferenças físicas, proposto por Georges Cuvier, abriu caminho para que mais tarde as doutrinas raciais transformassem o entendimento da diferença em desigualdade<sup>38</sup>.

No Brasil, a questão racial foi central nos discursos de muitos dos intelectuais da época como uma explicação para os obstáculos que separavam o Brasil dos países tidos como progressistas e modernos. Segundo Lilia Schwarcz, a partir do século XIX a visão da diferenças entre os indivíduos será preponderante<sup>39</sup>. A visão mais aceita foi a da superioridade do branco, a inferioridade do africano e a degenerescência do mestiço. O primeiro estudo brasileiro de caráter sistemático sobre o tema foi de Nina Rodrigues que, curiosamente, foi o médico encarregado pelas autoridades republicanas de estudar o crânio de Antonio Conselheiro. E foi sucinto em sua conclusão: *É, pois um crânio normal*<sup>40</sup>.

Nina Rodrigues afirmou a inferioridade do negro e chegou a sustentar que os negros não tinha condições de atingir o elevado grau de inteligência das raças superiores e era descrente quanto às possibilidades de branqueamento.<sup>41</sup>

Os mestiços, por sua vez, tornaram-se um problema para os pensadores brasileiros, uma vez que a realidade do país era multirracial e a mestiçagem uma realidade. Teóricos norte americanos ou europeus, como o suíço Agassiz, e pensadores brasileiros como Ladislau Netto associavam o mulato à degenerescência. Os mestiços foram por eles descritos como instáveis, preguiçosos e como aqueles que somavam as qualidades dos brancos e os defeitos das raças que consideravam inferiores. A teoria do branqueamento era aceita por

<sup>38</sup> Giralda SEYFERTH. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*. (Mimeo). p. 176.

<sup>39</sup> Cf. Lilia Moritz SCHWARCZ. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>40</sup> APUD. Frederico PERNAMBUCO DE MELLO. Op. Cit. p 237.

<sup>41</sup> SEYFERTH. Op. Cit p. 182.

boa parte da elite intelectual como solução para neutralizar as consequências nefastas da miscigenação. Esta solução brasileira que apostava na possibilidade de um branqueamento da população irá permear os debates intelectuais desde o início da República até o Estado Novo, já nas décadas de 1930 e 1940.

Entre as crianças de Canudos, é grande o número de mestiços e negros, o que determinava sua inferioridade e constituía uma barreira intransponível para sua superação na perspectiva da maioria dos cientistas da época. Além deste preconceito racial, era preciso ponderar ainda a questão da origem, ou seja, o fato de tratar-se de filhos de jagunços, tidos como os bárbaros assassinos de soldados republicanos, sobre os quais pesaria um atavismo invencível. Este pensamento fica claro no trecho de um artigo do *Jornal da Bahia*.

É preciso pensar no destino desses pequenos entes, sem cogitar de quais foram seus pais, do mal e dos crimes hediondos que estes cometeram. Temos certeza de que o governo quer do estado, quer do país, terão para estes despojos vivos da guerra o mesmo olhar piedoso com que os vê passar a população generosa da Bahia. A inocência dá-lhes direito a todo o carinho, a caridade impõe-nos o dever de ampará-los<sup>42</sup>.

Diante do impasse gerado com a Santa Casa de Misericórdia quanto à entrada dos meninos pela roda dos expostos, o Comitê optou por enviar as crianças de Canudos para o Asilo da Mendicidade até que fossem concluídas as obras de construção da sede do Liceu Salesiano do Salvador, no bairro de Nazaré, para onde foram posteriormente encaminhadas.

O Liceu Salesiano de Salvador recebeu do Comitê 5.900\$000, uma quantia considerável para a época, e esta doação selava o compromisso de que os padres salesianos se disporem a abrigar órfãos de Canudos. O valor da doação provocou desentendimentos e até o afastamento de membros do Comitê. Concluídas as obras e inaugurada a escola, os cinco primeiros alunos foram crianças de Canudos que haviam sido trazidas a Salvador pelo Comitê Patriótico, e que chegaram a essa instituição em 9 de março de 1900.

---

<sup>42</sup> *Jornal da Bahia*. Edição de 19.10.1897.

(...) Eles têm agora a chance de aprender ofícios para mais tarde garantirem o próprio sustento. Vão aprender também como é a vida em família em tempos de paz. Ainda não sabem. Sentirão o gosto que tem o alimento servido na hora certa e com os nutrientes adequados para a saúde. Terão mudas de roupa - rústicas, é certo - e uma cama limpinha para descansar à noite. (...) <sup>43</sup>.

Ficava, assim, formulado o roteiro da ressocialização desejada para os meninos de Canudos, definidos como aqueles que ainda não sabiam. Seriam alimentados, levariam uma vida saudável e regrada, aprenderiam hábitos de disciplina e de higiene. Aprenderiam um ofício, e com ele a ética positiva do trabalho que a República, a duras penas, tentava impor a uma sociedade que por quatro séculos desqualificou o trabalho como coisa de escravo. Aprenderiam, em resumo, seu lugar subordinado na sociedade fortemente hierarquizada e multiplamente excludente de então.

#### **2.4. Registros Fotográficos**

No final do século XIX a fotografia era entendida como cópia fiel, prova irrefutável, veículo incontestável de uma verdade empírica <sup>44</sup>. Os positivistas dos oitocentos atribuíam à mecânica do ato fotográfico, ou seja, à técnica, seu status de prova, de espelho do real. A discussão sobre as primeiras experiências fotográficas era se a fotografia podia ou não ser considerada uma forma de arte, por sua capacidade mimética de reprodução do mundo, tanto que alguns pintores retratistas da época tornam-se fotógrafos, inclusive Flávio de Barros, um dos fotógrafos da guerra de Canudos. O entendimento da imagem fotográfica naquele momento sublinhava a idéia de verossimilhança.

O século XX trouxe à tona a discussão a respeito da capacidade da fotografia de transformar o real, seja pela técnica - ângulo, enquadramento, luz - seja através das múltiplas interpretações que ela permite. Essa nova abordagem chama atenção para o fato de uma foto não ser apenas o ato de capturar uma imagem, mas envolver o uso de códigos e a presença ativa da autoria do fotógrafo.

---

<sup>43</sup> LICEU SALESIANO DE SALVADOR. *100 anos de história*. São Paulo: Dezembro Editorial, 2000. p.38.

<sup>44</sup> Philipe, DUBOIS. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, São Paulo: Papyrus Editora, 1993. p.43.

A imagem fotográfica é autoral e ela é sempre decodificada pelos seus múltiplos receptores, o que permite entendimentos distintos, plurais e mesmo díspares.

Na interseção das duas aproximações ao significado da fotografia e do ato de fotografar situa-se uma terceira via que, até certo ponto, retoma a perspectiva mais usual no século XIX, ainda que sem encarar a fotografia como substancialmente mimética. Philippe Dubois sublinha a função da fotografia como índice, como vestígio de um determinado real, como referência. Dentro dessa linha de interpretação, a foto é inseparável de seu referente, ou seja, do ato que lhe deu origem. Para o autor, a fotografia é primordialmente índice, e só depois pode tornar-se ícone e adquirir sentido para tornar-se símbolo<sup>45</sup>.

Canudos teve no cenário do campo de batalha, correspondentes dos mais importantes jornais do país, e o número de jornalistas cresceu depois da morte do Coronel Moreira César na terceira expedição militar. Jornais como: o *Jornal do Comércio*, *A Notícia*, *O País*, *a Gazeta de Notícias*, *o Jornal do Brasil*, *O República*, *o Diário de Notícias*, *o Jornal de Notícias* e *O Estado de São Paulo* enviaram seus representantes ao sertão da Bahia. Além dos jornalistas, três contemporâneos do conflito levaram para o campo de batalha suas máquinas fotográficas, Juan Gutierrez, Euclides da Cunha e Flávio de Barros.

Juan Gutierrez era um espanhol radicado no Brasil e, pouco antes, tinha fotografado a Revolta da Armada em 1893. Foi o primeiro dos três a chegar a Canudos, em abril de 1897, como ajudante de ordens voluntário da primeira coluna comandada pelo general João da Silva Barbosa. Exerceu também a função de correspondente do jornal carioca *O Paiz*. Morreu em 28 de julho desse mesmo ano com um tiro no coração, em pleno cenário da guerra, e, provavelmente, foi enterrado no Vale da Morte. Nenhuma imagem fotográfica produzida por ele foi conservada<sup>46</sup>.

Euclides da Cunha e Augusto Flávio de Barros chegaram a Canudos em setembro de 1897. Se Euclides produziu efetivamente alguma imagem fotográfica, ela não foi localizada. Flávio de Barros profissional, até então, de pouco destaque chegou em companhia da coluna comandada pelo general Carlos

---

<sup>45</sup> Cf. Idem. *Ibidem*.

<sup>46</sup> Cf. Claude SANTOS. *A fotografia em Canudos*. In.<[http:// www.portfolium.com.br](http://www.portfolium.com.br)>. Acesso em 24.03. 2006.

Eugênio de Andrade Guimarães e pelo Ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt. Dele restaram, hoje, cerca de sessenta e oito fotos que registram, sobretudo, a topografia e a geografia de Bello Monte, as tropas combatentes, os oficiais e um ou outro conselheirista.

Os primeiros registros fotográficos de uma guerra da qual o Brasil participou foram as fotos da Guerra do Paraguai (1864-1870)<sup>47</sup>. O governo imperial contou com alguns registros feitos pelo fotógrafo Carlos César em 1868 que, em sua maioria, mostram apenas ruínas e acampamentos militares.

Flávio de Barros foi o fotógrafo oficial que acompanhou o exército na guerra sertaneja em Canudos e sua função parece ter sido a de enaltecer os feitos militares das tropas do governo. Suas fotografias podem ser consideradas, na perspectiva proposta por Pierre Nora<sup>48</sup>, um *lugar de memória* de uma visão legalista que tinha no exército a instituição garantidora da ordem e do progresso nacional. Lugares de memória do projeto da primeira república, portanto, na medida em que preenchem as três condições propostas pelo historiador francês para que algo se constitua em um *lugar de memória*. São um suporte material da memória que se pretendeu construir do conflito, estão revestidas da função deliberada de criar essa memória e assumem uma acentuada conotação simbólica para a memória do conflito, do exército e da república.

Na série de fotos feitas por Flávio de Barros, há apenas uma foto de um grupo de Conselheiristas intitulada *Rendição dos conselheiristas em 2 de outubro* (figura1). Era manhã de 02 de outubro, Canudos estava já quase totalmente destruída e uma bandeira branca tremulava em meio aos escombros. Era Antônio Beatinho que pedia uma trégua, e queria falar com o comandante das operações militares. Foi levando então à presença do General Artur Oscar. Sua intenção era negociar a rendição. A narrativa detalhada do momento foi registrada pelo estudante de medicina Alvim Martim Horcades em seu livro *Descrição de uma viagem a Canudos*. O acadêmico afirma ter presenciado o diálogo e ter anotado textualmente o que se passou.

---

<sup>47</sup> Cf. Ricardo SALLES. *Guerra do Paraguai. Memórias e Imagens*. Editora Miguel de Cervantes, 2003

<sup>48</sup> Cf. Pierre NORA. “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux.” In: *Les lieux de mémoire*, Paris: Gallimard, 1984. Vol. 1. (Tradução na Revista *Projeto História*. Nº 10 *História & Cultura*. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, dezembro de 1993.)

Sr. Governador, eu nunca matei ninguém, por isso é que me entreguei e pedi para vir a presença de V. ex., por que sei que é um homem civilizado e que sabe falar. Eu venho dizer a v.ex. que acabe com esta guerra, porque nós estamos vencidos; ali dentro não tem mais gente para brigar com vosmecês; por isso eu venho pedir para mandar os seus soldados abrirem o cerco pra nós ir pra nossas casas e vosmecês irem para as suas, porque nós estamos ali dentro que como bode no curral. Há 3 dias que não se dorme; está tudo metido em buracos e os meninos só vivem gritando porque estão todos com fome e com sede. Seu Conselheiro não se sabe dele. Desde que v. ex. atacou ontem com sua gente que morreu quase tudo e eu hoje, vendo que morria, resolvi apresentar-me, afim de falar co v. ex. e então fiz um buraco por baixo da parede e amarrei este pedaço de pano branco numa varinha, pra me deixarem passar. Se isso durar mais dias vosmecês matam todos que estão lá, por isso eu peço pra deixar cada um ir pra suas casas e vosmecês vão também descansados para as suas<sup>49</sup>.

O General deu garantia de vida a todos e algum tempo depois cerca de 400 mulheres e crianças e 60 homens feridos, que foram cercados pelo batalhão de polícia do Pará, se entregaram. Os demais tinham decidido lutar até o fim. Beatinho foi degolado no dia seguinte, à luz do dia.

Antônio Beatinho e seus dois companheiros foram os primeiros degolados na primeira turma, composta de 18, às 8 horas da noite do dia 3 de outubro. (...) Era o apogeu da miséria e do canibalismo o que ali estava a dar-se.<sup>50</sup>

Dantas Barreto, igualmente presente à rendição, também registrou suas impressões sobre os prisioneiros do dia 02 de outubro:

Tinham a fisionomia calma, o olhar de quem já não havia coisa alguma no mundo que espantasse, pouco as inquietavam as multidões curiosas que viam em torno; não pediam compaixão, (...) Dessem-lhe água até saciarem a sede que lhes produzia vertigens, e matassem-nas como quisessem depois. (...) E o desfilar das infelizes continuava ainda, sem que soubessem para onde as levaria o destino, com a alma vazia de qualquer sensação que não fosse a sede devoradora e causticante. (...) Os homens inválidos, cegos, aleijados e feridos de muitos dias, começaram a passar também. As grandes misérias da humanidade não podem criar situações mais desoladoras! Todas as torturas do Inferno de Dante estavam ali resumidas.<sup>51</sup>

<sup>49</sup> Alvim Martins HORCADES. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador. EDUFBA, Empresa Gráfica da Bahia, 1996. 2ª ed. p. 85.

<sup>50</sup> Idem. *Ibidem* p 110.

<sup>51</sup> Emídio Dantas BARRETO. *Última expedição a Canudos*. In Instituto Moreira Salles. *Cadernos de Fotografia Brasileira. Canudos* Rio de Janeiro: IMS, 2002. p. 295.

Esta única foto de um grupo, feita no dia da rendição final, parece que pretendia ser o registro por excelência da tão esperada vitória, expressão do triunfo da ordem e do progresso sobre a barbárie do bando comandado por Antônio Conselheiro. Mas contemplá-la hoje parece produzir o efeito inverso, uma vez que a foto da vitória é o resumo do horror. O que se vê são velhos, feridos, mulheres e crianças consumidos por todo o tipo de privação a que haviam sido submetidos nos últimos meses. Não há glória, não há ato heróico, há apenas a crueza do fim. A força desta imagem é justamente captar a miséria e a desesperança. Consumidos pela própria dor e pela imensa incerteza que vinha do fim de seu sonho e, talvez, da certeza da morte, poucos olham para a lente do fotógrafo. São um amontoado humano. A maioria das mulheres tem a cabeça coberta, muitas olham para o chão. Mas há ainda as crianças. Um menino negro parece rezar, outra criança pequena, quase nua no colo de uma mulher, tem as costelas à mostra. A foto imprime na memória de quem a contempla não a vitória republicana, mas antes a dor daquela população sertaneja.

Susan Sontag escreveu certa vez, que algumas imagens são capazes, através de seu realismo intolerável, de aprisionar a história em nossas mentes. E esta realidade póstuma, muitas vezes, pode representar o sumário de acusações mais incisivo que há.<sup>52</sup>

Esse é, sem dúvida, o caso da fotografia feita por Flavio de Barros dos prisioneiros de Canudos. Apenas quatro meses após o fim do conflito, no dia dois de fevereiro de 1898, os moradores do Rio de Janeiro puderam ver a exposição pública de vinte e cinco das fotos de Flávio de Barros.

Campanha de Canudos. 46 Rua Gonçalves Dias Curiosidade!, Assombro! Horror! Miséria! Tudo representado ao vivo em tamanho natural por Projeção elétrica. Cenas de toda a guerra de Canudos tiradas no campo de ação pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros, por consenso do comandante em chefe das tropas. Apresenta-se o verdadeiro e fiel retrato do fanático Conselheiro, fotografado por ordem do general Arthur Oscar (...) 400 jagunços prisioneiros. São apresentados 25 quadros. Crianças nada pagam. Entrada 1\$000.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> Cf. Susan SONTAG. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>53</sup> Joaquim Marçal Ferreira de ANDRADE. *A fotografia de guerra e o episódio de Canudos ou a documentação como alvo*. APUD: Instituto Moreira Salles. *Cadernos de fotografia brasileira. Canudos*. Rio de Janeiro: IMS, 2002, p 262.



O anúncio da Exposição, divulgado pela *Gazeta de Notícias*, convidava os fluminenses a visitarem as imagens reproduzidas com requintes técnicos em tamanho natural, e assinalava que as crianças teriam gratuidade na entrada. Provavelmente os organizadores pensariam que o valor pedagógico das fotografias expostas justificaria que os meninos e meninas da capital fossem postos diante da macabra foto do cadáver do Conselheiro, uma vez que esse era *o verdadeiro e fiel retrato do fanático Conselheiro* ali exibido. E se o anúncio destacava a *curiosidade* como a primeira motivação possível dos visitantes, não deixava de assinalar, sublinhado por pontos de exclamação, o que encontrariam na Exposição da Rua Gonçalves Dias: *Assombro! Horror! Miséria!*

Os destaques da exposição foram as fotos do cadáver do Conselheiro e a dos 400 jagunços prisioneiros, talvez a mais conhecida fotografia de Canudos. Nela encontram tradução e concretude o assombro, o horror e a miséria citados no anúncio do jornal, e seria ainda possível acrescentar outros substantivos como desalento, fome, sede, tristeza, fim, perda, fracasso.

A fotografia é um tipo de suporte de memória que permite, de certa forma, a presentificação do passado. Permite ainda que o passado em seu contorno mais real, o das fisionomias, do olhar, interpele o presente. Apesar do trabalho de Flávio de Barros estar marcado por uma visão legalista representada pela atuação do exército e de ter pretendido ser a memória da vitória republicana, provavelmente suas fotos foram o primeiro e o último registro de muitos dos prisioneiros fotografados. As suas fotografias humanizam aquilo que Lélis Piedade qualificou de uma *reunião de poucos ignorantes*<sup>54</sup>, já que através delas estes *ignorantes* adquiriram feições próprias, deixaram de ser uma massa uniforme de sertanejos fanáticos sem rosto para a posteridade. Estão impressos para sempre nas chapas fotográficas seus gestos, suas expressões corporais, e centenas de olhares tristes e perplexos que emocionam e desafiam, interpelam, em silêncio, os intérpretes de Canudos.

---

<sup>54</sup> Lélis PIEDADE. Op. Cit. p. 72-74.

Figura 1: 400 jagunços prisioneiros



400 Jagunços Prisioneiros

Fotógrafo: Flavio de Barros (1897).

O livro comemorativo do centenário do Liceu Salesiano oferece uma surpreendente fotografia dos cinco primeiros órfãos de Canudos recebidos pelos padres Salesianos de Salvador. Nela, os meninos canudenses aparecem enquadrados na nova vida, ordenados, vestidos, penteados, uniformizados agora em condições para ingressar na sociedade que se pretendia civilizada. O texto que acompanha a foto deixa claro que estas crianças foram salvas, e agora tinham uma perspectiva de futuro, porque seriam preparadas para um ofício que faria delas pessoas de bem.

Na foto (figura2), cinco crianças de Canudos aparecem no que parece ser a entrada principal do colégio no bairro de Nazaré. Estão no jardim, embaixo de uma árvore e na companhia de três professores e religiosos da congregação salesiana. No meio da foto, de barrete na cabeça, está o fundador

do Liceu, entre os outros dois religiosos que não estão identificados<sup>55</sup>. Vestidos com uniforme de calça comprida, jaquetão, meias brancas e botinhas os meninos fotografados não lembram a fome crônica que passaram os sobreviventes nos últimos dias de Canudos. Dois meninos são negros, dois mestiços e um branco, aparentam ter entre quatro e seis anos de idade, não mais que isso. O texto que acompanha a foto afirma que os meninos tinham mudas de roupas, ainda que rústicas, alimentos servidos na hora, uma cama limpinha e o carinho dos salesianos<sup>56</sup>. Além, é claro, das oficinas onde poderiam aprender um ofício e finalmente serem ordenados, incluídos na ordem social.

A proposta do Liceu estava pautada pelo aprendizado de uma profissão, aliado à instrução básica, pois os meninos pobres deveriam aprender um ofício, além do aprendizado das matérias convencionais e do estudo religioso. A escola ainda não estava totalmente estruturada no momento de sua inauguração, mas um ano depois da inauguração já contava com oficinas de tipografia, sapataria, marcenaria e, ainda, com uma horta onde os meninos plantavam uma grande parte do que era consumido pelos alunos do internato, que então já contabilizava setenta crianças<sup>57</sup>.

O ensino profissional ordenado ao aprendizado de um ofício foi o que predominou nos primeiros anos de existência da escola e, na medida em que o Liceu incorporou alunos de classes sociais mais abastadas, seu plano pedagógico sofreu uma modificação substantiva, e foi implantada uma divisão entre alunos aprendizes e alunos externos que apenas recebiam as aulas das matérias escolares. Para os primeiros, estava destinada a instrução de ênfase profissional, enquanto para os segundos a escola reservava a educação. A condição social no presente condicionava, desde a escola, o futuro e reproduzia, na prática escolar, as hierarquias da sociedade.

As crianças Canudenses, ou quaisquer crianças pobres, deviam trabalhar, uma vez que a educação letrada era privilégio dos bem nascidos. Os homens da república promoveram reformas nos asilos e o padrão defendido para a educação

---

<sup>55</sup> Cf. Antenor de Andrade SILVA. *Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe- Brasil 1897-1970*. Roma: Istituto Storico Salesiano Studi 14. p. 42.(SD).

<sup>56</sup> LICEU SALESIANO DE SALVADOR. Op. Cit. p.38.

<sup>57</sup> Cf. Idem.Ibidem.

pública foi o da escola profissional, na qual a idéia central era a valorização do trabalho que assumiu um caráter moral, vinculado à construção de uma ética positiva do trabalho, e passou a ser visto como o instrumento capaz de regenerar a sociedade e, naquele momento, estava relacionado à idéia de engrandecimento da nação no imaginário dos que imprimiam direção à República. Na perspectiva dominante da época, o trabalho tinha a capacidade de moldar o caráter e se mostrava uma imprescindível ferramenta de regeneração.

Este mesmo pensamento que conferia ao trabalho a capacidade de moldar o homem moralmente bom vai estar presente na ação do Comitê Patriótico da Bahia, como não poderia deixar de ser, composto por homens de sua época, marcados pela temporalidade em que viveram. Lélis Piedade, secretário do Comitê, ainda em Canudos deixou registrada a seguinte observação sobre uma menina de Canudos: (...) *Se a observação não falha é possível fazer-se desta menina uma mulher trabalhadora e, portanto, útil.*<sup>58</sup>

Não parece haver lugar para a alteridade no projeto civilizatório republicano. Era preciso educar e enquadrar as crianças através de mediações muito específicas. Mas, ordenar, mediar para que estas crianças aprendessem seu lugar pode ter representado a negação do outro. Aprender a olhar tendo por medida os valores dominantes na época era negar a diferença. No caso das crianças de Bello Monte, era negar a si mesmas, seus pais e toda a vida que elas haviam conhecido até então.

---

<sup>58</sup> Lélis PIEDADE. Op.Cit. p.161.

Figura 2: Meninos de Canudos no Colégio Salesiano de Salvador



Fotógrafo desconhecido (C. 1900).